

TECNOLOGIAS DIGITAIS, HISTÓRIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: MAPEAMENTO DE MULHERES NOS CÁRCERES DURANTE A DITADURA BRASILEIRA

Janaína Cardoso de Mello*

Sandro Marcío Drummond Alves Marengo**

Rafael de Gois Neto***

RESUMO

O presente artigo apresenta um relato descritivo das agruras da tortura em trajetórias femininas de resistência política à ditadura militar brasileira, enfatizando seu protagonismo como resistência. Os depoimentos apresentados, segundo Salgado (2020), são representativos de uma face humanizadora dos anos de 1969-1974, uma vez que foi durante esse período que houve o recrudescimento das perseguições, prisões, torturas, assassinatos e outras formas de violações. Optou-se neste texto por uma metodologia qualitativa de análise crítica centrada nas informações coletadas sobre tema, em distintos suportes (livros, artigos científicos, sites e relatos da CNV), cotejadas com os testemunhos das sobreviventes. Por fim, utilizou-se o *MyMaps Google* para a construção de um hipertexto expresso em diferentes camadas, com distintas funcionalidades, para catalogar as sínteses de biografias de militantes femininas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Tocantins, que lutaram contra a ditadura militar.

Palavras-chave: Tecnologias digitais, História, Ditadura Militar, Violência de gênero.

* Professora do Programa de Pós-Graduação em História (Prohis) e Ensino de História (ProfHistória) da UFS. Tem doutorado em História Social (UFRJ). Membro do Laboratório de Humanidades Digitais e Documentação Terminológica (LADOC) da UFS e da Red de Cooperación Académica en la Cátedra Patrimonio Cultural Inmaterial de Latinoamérica y el Caribe/UNESCO, Argentina e Colômbia. Orcid: 0000-0003-4658-004X. E-mail: janainamello.ufs@gmail.com

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFS). Tem doutorado em Estudos Linguísticos (UFMG) e graduação em História (UFS). Membro do Laboratório de Humanidades Digitais e Documentação Terminológica (LADOC) da UFS e coordenador do projeto nacional "Para a História do Português Brasileiro" (PHPB). Orcid: 0000-0002-5060-0691. E-mail: smda@academico.ufs.br

*** Possui graduação em História (UFS) e é membro do Laboratório de Humanidades Digitais e Documentação Terminológica (LADOC) da UFS. E-mail: rfdegois2013@yahoo.com.br

DIGITAL TECHNOLOGIES AND GENDER VIOLENCE: MAPPING OF WOMEN IN JAIL DURING THE BRAZILIAN DICTATORSHIP

Abstract:

This article presents a descriptive account of the hardships of torture in female trajectories of political resistance to the Brazilian military dictatorship, emphasizing their role as resistance. The testimonies presented, according to Salgado (2020), are representative of a humanizing face of the years 1969-1974, since it was during this period that there was an increase in persecution, arrests, torture, murders and other forms of violations. In this text, a qualitative methodology of critical analysis was chosen, centered on information collected on the topic, in different sources (books, scientific articles, websites and CNV reports), compared with the survivors' testimonies. Finally, MyMaps Google was used to build a hypermap expressed in different layers, with different functionalities, to catalog the syntheses of biographies of female activists from the states of Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná and Tocantins, who fought against the military dictatorship.

Keywords: Digital technologies, History, Military Dictatorship, Gender-based violence.

TECNOLOGÍAS DIGITALES, HISTORIA Y VIOLENCIA DE GÉNERO: CARTOGRAFÍA DE MUJERES EN LA CÁRCEL DURANTE LA DICTADURA BRASILEÑA

Resumen:

Este artículo presenta un relato descriptivo de las penurias de la tortura en las trayectorias femeninas de resistencia política a la dictadura militar brasileña, enfatizando su papel como resistencia. Los testimonios presentados, según Salgado (2020), son representativos de un rostro humanizador de los años 1969-1974, ya que fue durante este período que hubo un aumento de persecuciones, detenciones, torturas, asesinatos y otras formas de violaciones. En este texto se optó por una metodología cualitativa de análisis crítico, centrada en informaciones recolectadas sobre el tema, en diferentes fuentes (libros, artículos científicos, sitios web e informes de la CNV), comparadas con los testimonios de los sobrevivientes. Finalmente, se utilizó MyMaps Google para construir un hipermapa expresado en diferentes capas, con diferentes funcionalidades, para catalogar las síntesis de biografías de mujeres activistas de los estados de Río de Janeiro, São Paulo, Paraná y Tocantins, que lucharon contra la dictadura militar.

Palabras clave: Tecnologías digitales, Historia, Dictadura militar, Violencia de género.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O sujeito é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que “aparecem”, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política (Butler, 2003, p.19).

As questões relacionadas ao papel político e social desempenhado pelas mulheres em períodos de conflito armado e embates contra o Estado possuem múltiplas dimensões, mas, certamente, aquela que evoca a produção do sujeito pelo viés da exclusão em sociedades patriarcais gera profunda inquietação no que tange aos estudos feministas. Conforme afirmou Judith Butler (2003), as relações entre poder e sujeito terminam por universalizar a categoria “sexo” e invisibilizar a diversidade socioeconômica, étnica e de orientação sexual presentes nesse grande grupo heterogêneo (Cyfer, 2015).

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), no percurso de suas pesquisas documentais e entrevistas sobre o legado da Ditadura Militar, deparou-se com as lacunas, os silêncios, os interditos e os traumas de um passado mal resolvido entre a sociedade civil e os militares. Segundo Teles (2015), em suas averiguações sobre os mortos e desaparecidos políticos e, principalmente, no que diz respeito às torturas contra mulheres, lésbicas, gays, transgêneros, populações negra, indígena e camponesa, e vários segmentos de trabalhadoras e trabalhadores - as Forças Armadas e o Ministério das Relações Exteriores empenharam-se em não colaborar para o aprofundamento das informações. Essas memórias e temas sensíveis, para além da transparência dos dados históricos, pressionam a responsabilidade dos militares nas violações aos Direitos Humanos. Todavia, de modo inédito, ainda que permeadas por dor e constrangimentos, mulheres, indígenas, integrantes da população negra e crianças que à época tiveram sua infância roubada deram depoimentos públicos (Teles, 2015, p.1001-1002).

A abordagem do uso recorrente da violência do período da Ditadura Militar no Brasil, remonta aos “métodos de tortura física a psicológica, enquanto instrumentos quase que legitimados pelo Estado para arrancar confissões e punir presos” (Brito, 2022). Sob esse aspecto, o testemunho de inúmeras mulheres veio à tona com os trabalhos de pesquisa e sistematização documental da CNV. Conforme afirmou Nilson Borges (2003),

Dentre os diversos papéis exercidos pelo aparelho militar, o que mais sobressaiu foi o aparelho repressivo, organizado e implementado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), com base no escopo teórico da Doutrina de Segurança Nacional. O próprio general Golbery o chamava de monstro, em virtude do seu crescimento desmesurado e de suas ações terroristas. (Borges, 2003, p.23).

Aproximadamente uma centena de mulheres, em geral jovens de menos de 30 anos e estudantes universitárias, se envolveram na luta armada. Como consequência da época, muitas foram presas e outras assassinadas. Se elas ficaram conhecidas pela coragem e por participações arrojadas e combativas nas ações armadas, também houve a construção de uma narrativa oficial de que “a resistência ao poder do Estado sempre é passível de derrota”, de modo a desmobilizar as lutas populares, principalmente as femininas (Memórias da ditadura, 2022). Nomes como Dilma Rousseff, Helenira Resende, Maria Amélia de Almeida Teles, Iara Iavelberg, Aurora do Nascimento Furtado, Nilda Carvalho Cunha, Rose Nogueira, Iracema de Carvalho Araújo, Miriam Leitão, Zuzu Angel, integram a lista de mulheres presas e torturadas durante o regime militar ditatorial.

O aprofundamento do estado de exceção com o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi acompanhado do peso da repressão da polícia política, que desferiu ações brutais, muitas das quais ocorreram nos porões do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em “celas imundas de fedor e de sangue, porém fechadas e bem guarnecidas por isopor à prova de som”, passando ao largo de uma significativa parcela da sociedade que por medo ou conivência fingia não saber o que estava ocorrendo ou culpabilizava os “marginais” pela punição, revelando o jogo ambíguo da sociedade brasileira em sua repulsa e ao mesmo tempo convívio pacífico com a tortura até os dias atuais (Reis, 2005, p.54).

A esse respeito, Marcos Napolitano (2014, p.135) chamou a atenção para o fato de a repressão, ao utilizar a tortura como instrumento de poder coercitivo e destrutivo, ultrapassar os limites jurídicos e humanitários, comprometendo, inclusive, a ética militar, se articulando em centros clandestinos para burlar quaisquer controles de comandantes que tentassem interferir ou impedir os procedimentos realizados.

Os relatos de abusos de toda a sorte envolvem desde agressões físicas a pressões psicológicas, mesmo em mulheres grávidas. Isto porque não se tratava somente de interrogar “um inimigo político”, mas destruir, para além do corpo, o mental e o psicológico de forma a causar danos irreparáveis. A humilhação é parte central na metodologia do terror usada pelos militares junto às populações civis. Assim,

Com base numa tipologia que distingue os inimigos, os indecisos e os neutros dos engajados, o esforço da Doutrina de Segurança Nacional visa a desmoralizar o inimigo, a produzir deserções, a criar o silêncio, a fazer cooperar (delatar) e a fazer aderir às políticas de Estado (Borges, 2003, p.28).

Tendo por premissa essa breve introdução, esse artigo objetiva apresentar as agruras da tortura que se abateram sobre trajetórias femininas de resistência política à ditadura militar, enfatizando seu protagonismo como resistência, e não apenas vitimização desse período de terror.

De acordo com Salgado (2020), mulheres comuns, mães (ou em vias de se tornar), professoras, economistas, jornalistas, artesãs, estilistas, jornalistas e tantas outras que compõem o mosaico triste de uma história que por muito tempo se manteve silenciada em pastas arquivadas e classificadas como “sigilosas”.

Por mais que seus relatos sejam impactantes por desvelar, sem censura, a profunda dor à qual foram submetidas nos cárceres, suas histórias são também de sobrevivência e engajamento à defesa da liberdade democrática (Reis Filho, 2020). Tais depoimentos, ainda segundo Salgado (2020), são uma face humanizadora do abismo no qual o país foi lançado em 1964, tendo por momento degradante da política, principalmente, os anos de 1969-1974 com o recrudescimento das perseguições, prisões, torturas, assassinatos e outras formas de violações.

Optou-se neste texto por uma metodologia qualitativa de análise crítica centrada nas informações coletadas sobre tema, em distintos suportes (livros, artigos científicos, sites e relatos da CNV), cotejadas com os testemunhos das sobreviventes. Posteriormente, pensou-se nos usos da tecnologia digital

MyMaps Google para a construção de um hipermapa expresso em diferentes camadas, com distintas funcionalidades, para catalogar as sínteses de biografias de militantes femininas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Tocantins, que lutaram contra a ditadura militar.

TESTEMUNHOS DE RESISTÊNCIA E DOR: PROTAGONISMO NA NARRATIVA HISTÓRICA

Vítimas são geralmente vistas pelas sociedades como seres passivos, que foram derrotados por um sistema de perseguição, terrorismo psicológico, dor e extermínio. Aquelas que sobrevivem, mormente, em sombras e silêncios. Mas as mulheres que vieram ao centro da arena pública brasileira expor suas experiências mais horrendas, não se constituem como vítimas ou derrotadas, mas sim como protagonistas assumindo a narrativa de sua própria história com dignidade e brio.

Como afirmou Paul Ricoeur (2012, p. XIII- XIV) sobre a mediação das narrativas entre um ponto de partida e um ponto de chegada, esta “produz um conhecimento do mundo, e ao mesmo tempo participa de sua configuração, em particular de sua dimensão temporal”. Trata-se de uma apropriação de “memórias, histórias e esquecimentos” onde os sujeitos definem como desejam ser representados perante a sociedade.

Em cada testemunho de resistência e dor, há uma vitória da vida sobre a morte, da fala sobre a mudez imposta, da luz sobre as trevas. Nesse contexto, derrotados e indignos são os torturadores em suas covardias e bestialidades expostas.

Assim, na fala de Lucia Murat é possível compartilhar de seu sofrimento e ao mesmo tempo surpreender-se com a força e a coragem dessa mulher submetida a vil tortura sexual:

“Foi nesse quadro, na volta, que o próprio Nagib fez o que ele chamava de ‘tortura sexual científica’. Eu ficava nua, com o capuz na cabeça, uma corda enrolada no pescoço, passando pelas costas até as mãos, que estavam amarradas atrás da cintura. Enquanto o torturador ficava mexendo nos meus seios, na minha vagina, penetrando com o dedo na vagina, eu ficava impossibilitada de me defender, pois, se eu movimentasse os meus braços para me proteger, eu me enforcava e, instintivamente, eu voltava atrás” (Lucia Murat).¹ (Imprensa smetal, 2021-2022).

A luta pela manutenção da vida em meio ao sadismo do burocrata militar que usa sua posição de poder para destruir o âmago de sua prisioneira. O instinto que fez Murat resistir para décadas depois confrontar o pesadelo com uma narrativa detalhada reconstituiu as partes ausentes da história pelo viés de uma memória há muito disputada. Ligada ao fenômeno da dominação “a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado” (Pollak, 1989, p.3) reencontra nos testemunhos públicos uma reelaboração de sentidos a partir da liberdade de ser e dizer.

¹ Optou-se por dar um tratamento de itálico destacado para os depoimentos, de forma a projetá-los com o devido respeito e importância que eles contêm.

As palavras de Izabel Fávero trazem a questão do gênero feminino, muitas vezes “inferiorizado” dentro do próprio corpo da militância. Sobrepor-se inicialmente aos próprios colegas de combate, ao julgamento da família e da sociedade, para depois ser martirizada e retirada de sua “condição de humanidade” pela tortura:

“Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”, enfim, eu não me lembro bem se no terceiro, no quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então, eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico, e já tinha mal cheiro, eu estava suja, e eu acho que, eu acho não eu tenho quase certeza que eu não fui estuprada, porque era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo de mim. E eu lembro que no dia em que nós fomos presos, exatamente no dia 4, nós tínhamos estado em Cascavel, e quando a gente saiu da ginecologista, tinha um veículo militar, mas a gente em momento nenhum pensou que eles estivessem vigiando a gente, eles já estavam no encalço da gente, eles seguiram, esse dia eles nos seguiram o dia todo. E o meu marido dizia, “por favor não façam nada com ela, pode me torturar, mas ela está grávida”, e eles riam, debochavam, “isso é história, ela é suja, mas não tem nada a ver”, enfim. Em nenhum momento isso foi algum tipo de preocupação, em relação [...]. Eu certamente abortei por conta dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, aquilo provocou, obviamente, um desequilíbrio, eu lembro que eu tinha muita, muita, muita dor no pescoço, quando a gente sofreu choque, a gente joga a cabeça pra trás, aí tinha um momento que eu não sabia mais onde doía, o que doía em todo lado, mas enfim. Certamente foi isso. E eles ficavam muito irritados de me ver suja e sangrando e cheirando mal, enfim. Eu acho que ficavam até com mais raiva, e me machucavam mais ainda” (Izabel Fávero, depoimento à CNV, em 27 de abril de 2013) (Imprensa smetal, 2021-2022).

Um relato intenso que demonstra a intensidade da “violência simbólica” aliada aos açoites físicos que expressavam a “sujeira” daqueles que usavam o aparato do Estado para cometer tais atrocidades contra uma mulher grávida.

Já Antônia Magalhães dividia a angústia dos choques elétricos com o marido também preso e torturado ao seu lado. O gênero feminino é mais uma vez ressaltado como uma categoria usada para a humilhação, por serem-no fráglil, incapaz de suportar a violência. Conforme apontou Napolitano (2014, p.137) sobre os aspectos legais e ilegais do regime, “os procedimentos de repressão brasileira se pautavam pela combinação de repressão militar (interrogatórios à base de tortura ou execuções dentro da lógica de ‘não fazer prisioneiros’) e rituais jurídicos para imputar culpa, dentro dos marcos da Lei de Segurança Nacional”.

“Na questão da mulher, a coisa ficava pior porque... quer dizer pior, era pior para todo mundo, não tinha melhor para ninguém, né? Mas [...] existia uma intenção da humilhação enquanto mulher. Então, o choque na vagina, no ânus, nos mamilos, alicate no mamilo, então... eram as coisas que eles faziam. Muitas vezes, eu fui torturada junto com Celso Brambilla porque a gente sustentou a questão de ser noivo. Eles usaram, obviamente, essa situação, esse vínculo, suposto vínculo, além da militância, que seria um vínculo afetivo também, para tortura. Muitas vezes, eu fui amarrada com o rosto na genitália do Celso, e dado choque, enfim... fios amarrados em nós, para que levássemos choque no

pau de arara [...] Uma das coisas mais humilhantes, além dessas de choques na vagina, no ânus, no seio, foi que eu fui colocada em cima de uma mesa e fui obrigada a dançar para alguns policiais, nua. Enquanto isso, eles me davam choque. [...] Celso estava sendo torturado ao lado, também com choque elétrico, me vendo nessa situação.” (Antônia Ribeiro Magalhães foi presa e levada com o marido para o DOI-CODI/SP 1971) (Imprensa smetal, 2021-2022).

O vínculo entre militância e afetividade é tratado como crime pelos algozes que buscavam “quebrar” a resistência e a força na luta pela vida de ambos, Antônia e Celso.

Criméia Schmidt de Almeida confirma o uso do gênero eivado de um preconceito patriarcal e misógino que tensionava a maternidade com a violência sexual, muitas vezes fruto dos estupro, um legado perpétuo da dor vivenciada.

“Numa dessas sessões, um torturador da Operação Bandeirantes que tinha o nome de Mangabeira ou Gaeta [...] eu amarrada na cadeira do dragão, ele se masturbando e jogando a porra em cima do meu corpo. Eu não gosto de falar disso, mas eu vejo a importância desse momento de tratar a verdade e gênero pensando nessas desigualdades – violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes entre homens e mulheres, em que os agentes do Estado, os repressores usaram dessa desigualdade para nos torturar mais, de certa forma. De usar essa condição nossa. Nós fomos torturadas com violência sexual, usaram a maternidade contra nós. Minha irmã acabou tendo parto, tendo filho na prisão. [...] Nós sabemos o quanto a maternidade, o ônus da maternidade, que nós carregamos.” (Criméia Schmidt de Almeida, presa em 1972 e levada ao DOI-CODI) (Imprensa smetal, 2021-2022).

Eleonora Menicucci de Oliveira reafirma o uso da maternidade como ponto frágil para atingir quaisquer objetivos que ali houvesse (delação, culpa, expurgo por integrar a militância, etc.). As mulheres eram completamente desumanizadas, assim como as crianças.

“Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, no Ibirapuera. Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. O torturador era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta].” (Eleonora Menicucci de Oliveira) (Imprensa smetal, 2021-2022).

O relato de Flora Strozenberg também usa os órgãos sexuais como pontos frágeis nas mulheres e evoca “a maternidade como crime ao relacioná-la com a procriação de comunistas”. E mais uma vez, há esperança e força em sua fala. Há ainda enfrentamento e derrota daquele que à faz mal.

“Aí ele arruma a cadeira do ginecologista. [...] É uma cadeira de ginecologista que eles pegam choque elétrico e botam [na vagina] com as seguintes palavras: “Isto é para você nunca mais botar comunista no mundo”. Num primeiro momento, me senti muito ameaçada. Senti como uma ameaça não a mim, aos meus filhos havidos e futuros. [...] Aí eu fiquei bem deprimida, né? Mas voltei para a cela [...] e pensei: bom, também pode ser uma boa notícia porque se eu não vou mais botar comunista no mundo ele não tem mais condição de me matar, nem de me torturar de forma externa.” (Flora Strozenberg, raptada em 1974 e levada ao DOI-CODI) (Imprensa smetal, 2021-2022)

Conforme disse Pollak (1989, p.6) “para poder relatar seus sofrimentos uma pessoa precisa, antes de mais nada, encontrar uma escuta” e a Comissão Nacional da Verdade ofereceu esse ouvido, essa atenção, esse acolhimento para que essas mulheres pudessem ressignificar suas trajetórias de agonia e dor, para resistência e protagonismo diante de memórias traumáticas.

O GÊNERO COMO ALVO EM TEMPOS DE AUTORITARISMO

A violência de gênero marcou sobremaneira e de formas variadas os anos da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985). Em uma sociedade impregnada de valores e elementos do patriarcado que, para Linck (2021), é um sistema que justifica a dominação masculina, a partir de uma suposta superioridade biológica e cujas origens remontam à autoridade do genitor no âmbito da família e daí se espalha por toda a sociedade e suas instituições.

Em contraposição a essa tendência autoritária, segundo Teles (2020), as décadas de 1960 e 1970 protagonizaram movimentos de mulheres que buscavam romper com os paradigmas de controle sobre os corpos e desejos femininos, principalmente, no tocante à liberdade sexual e de escolha sobre a maternidade, materializada no uso da pílula anticoncepcional. Simultaneamente, a inserção da mulher no mercado de trabalho e o aumento da escolarização faziam emergir novas relações familiares e sociais. Na prática, era a busca de espaço, autonomia e visibilidade em uma sociedade patriarcal, que, de forma taxativa, controlava e restringia a participação feminina.

Os papéis de gênero na Ditadura Civil-Militar brasileira eram bem delimitados, a mulher com uma posição secundária e de submissão, voltada para os afazeres do lar, para a função reprodutora, educação dos filhos e perpetuação de um modelo de família patriarcal nos padrões cristãos tradicionais ou quando estavam inseridas no mercado de trabalho, não ocupavam cargos estratégicos ou diretivos, devendo contribuir para a manutenção da ordem autoritária e excludente vigente, já o homem mantinha-se em uma posição de superioridade inabalável, tanto nas esferas pública, quanto privada. Some-se a isso a divisão sexual do trabalho, que impunha às mulheres jornadas laborais ainda mais excessivas, com uma remuneração inferior à do homem, além da exposição a assédios moral, sexual e violências física e psicológica (Linck, 2021; Teles, 2020).

O contexto em questão, como afirma Linck (2021), era caracterizado por um modelo de sociedade no qual as mulheres aprendiam a ser submissas e os homens eram vigiados quanto à demonstração de masculinidade, evidenciando elementos fortemente heteronormativos, que para Teles (2020), resultou na potencialização e ressignificação de diferenças e injustiças históricas de gênero, principalmente com relação aos papéis de subserviência, passividade e limitação atribuídos à mulher.

Ainda segundo Linck (2021), esses valores patriarcais eram defendidos abertamente por movimentos de mulheres organizadas em entidades civis como a União Cívica Feminina (UCF), a Campanha das Mulheres pela Democracia (CAMDE), dentre outras que aderiram à narrativa do risco comunista e do inimigo interno pré-golpe de 1964 e apoiaram e respaldaram incondicionalmente a implantação da Ditadura e seus preceitos autoritários e misóginos.

Nesse sentido, a autora acima identifica três papéis principais abordados no tocante à participação da mulher na Ditadura Civil-Militar brasileira: a mulher como defensora do regime político, como perpetradora de violência e como revolucionária. “As guerrilheiras e militantes políticas foram duas vezes subversivas, ao enfrentar a ditadura misógina e a sociedade patriarcal, que impregna sua ideologia na constituição das instituições como família, igreja, escola, trabalho, cultura, política”. (Teles, 2020, p. 372).

Ainda na esteira de Linck (2021), a Ditadura Civil-Militar se caracterizou por uma intensa opressão patriarcal e violência policial e que, no caso específico das ações contra a mulher revolucionária foram ainda mais agressivas e violentas, pois as torturas decorrentes da repressão política foram potencializadas pela violência de uma sociedade machista, sob a forma de violação e abuso do corpo feminino das maneiras mais infames e, no caso da tortura sexual praticada, além da busca de informações, os objetivos principais eram a busca do prazer sexual e a subjugação da mulher. Não podemos esquecer ainda a violência psicológica praticada contra as mulheres grávidas ou que tinham filhos, sobre as quais incidiam as ameaças e práticas de torturas realizadas contra os seus descendentes, além de abortos provocados pelas sessões cruéis de tortura. Dupla penalização por ser mulher e ainda mulher-militante às subvertoras das ordens social, política e dos valores morais do período em análise.

Apesar de toda essa perseguição e violência sofridas, as mulheres não arrefeceram na luta contra a Ditadura Civil-Militar brasileira, pois era uma pauta que reverberava a liberdade em todas as suas nuances: política, de gênero, sexual e social, por isso, a adesão feminina foi marcante e segundo Teles (2020), esta participação foi registrada nas diversas organizações políticas revolucionárias, nas guerrilhas urbanas e rurais e na imprensa clandestina.

Dessa forma, as mulheres que atuaram contra a Ditadura subverteram os padrões de gênero da sociedade machista da época, assumindo uma participação que era mais comum entre os homens, nos embates contra o sistema opressor e sabendo que poderia sofrer as piores atrocidades contra a dignidade, a liberdade e a vida, que eram o estupro e outras formas de violência contra o próprio corpo. Nesse sentido, “a utilização da misoginia diante dos corpos femininos foi usada em excesso por operários da violência responsáveis por causar constrangimento durante a busca de informações em prol do sistema ditatorial.” (Linck, 2021, p. 134).

Para Teles (2020), o discurso e a prática de autorização de estupro revelam que não se tratava apenas de uma punição à militante política, mas sim à condição de mulher que buscava maior visibilidade, uma nova posição na sociedade patriarcal da época e a luta por igualdade de direitos. A legitimação dessa violência atroz era comprovada quando da não interferência nessas práticas e da continuação delas, que eram do conhecimento de todos, bem como da ausência de interesse em investigar e punir os responsáveis por tais crimes, o que evidencia um pacto entre os agentes e as instituições públicas para neutralizar e eliminar opositores e, dessa forma, perpetuar o regime de exceção.

O que foi aqui exposto revela que a participação efetiva das mulheres militantes na luta contra a Ditadura Militar, exigindo-se uma revisão dos papéis por elas desempenhados nesse contexto. “Assim, fica

claro que as mulheres assumiram o papel histórico de protagonistas de ações libertárias, tornando-se indivíduos políticos, atuando na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, apesar da subjugação seguir ocorrendo.” (Linck, 2021, p. 137).

Nesse sentido, contrariando toda uma ordem autoritária, sexista, patriarcal, inclusive, as próprias organizações revolucionárias eram patriarcais e enfrentando as ameaças e as mais variadas formas de violência a que eram submetidas, as mulheres partiram para o enfrentamento armado e velado, por meio da colaboração ou diretamente na luta em uma conjuntura nacional desfavorável. O Estado e a sociedade brasileiros têm uma dívida incomensurável com essas mulheres militantes, que batalharam em prol da liberdade e contra a repressão. Essas revolucionárias subverteram uma ordem patriarcal e questionaram paradigmas conservadores naturalizados, abrindo espaço para novas ações e conquistas. O legado dessas mulheres deve ser eternizado como símbolo da luta contra toda forma de opressão e servir de inspiração para as gerações futuras.

TECNOLOGIAS DIGITAIS APLICADAS À MEMÓRIA DA RESISTÊNCIA FEMININA

A partir da consciência da importância dos relatos expostos e da necessidade de abrir mais espaços de visibilidade da memória da luta e resistência de mulheres que superaram a violência do regime militar, o uso de tecnologias digitais para maior interatividade no percurso informativo e formativo têm sido recursos muito usados nos ambientes educacionais.

Ressalta-se o portal Memórias da Ditadura (<https://memoriasdaditadura.org.br/>) realizado pelo Vlado Educação – Instituto Vladimir Herzog, buscando atender à demanda da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República de criação de um *site* para divulgar a História do Brasil de 1964 à 1985 junto ao grande público, em especial à população jovem. Desse modo,

A proposta é que o portal Memórias da Ditadura ofereça conteúdos interativos, multimídia, estabelecendo sempre relações com os dias de hoje e que possam ser acessados em qualquer computador, tablet ou celular, cada vez mais comuns entre os jovens de todas as camadas sociais. É um site também preocupado com acessibilidade e foi construído de acordo com todas as normas internacionais da W3C (Portal memórias da ditadura, 2023).

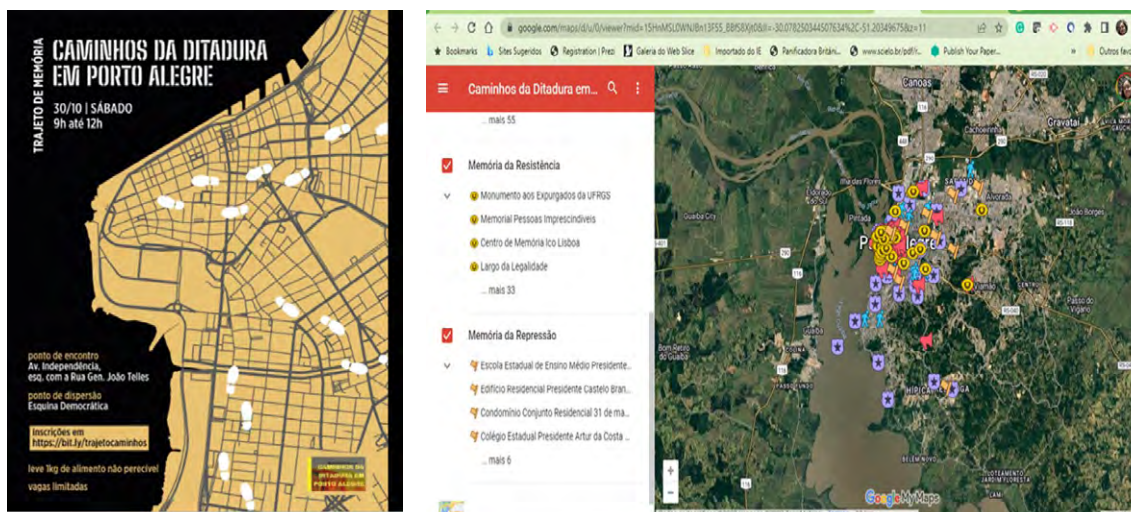
Nas interfaces do portal constam como itens: 1. História da Ditadura Militar; 2. Repressão e Resistência; 3. Educação e Ditadura; 4. Arte de Cultura; 5. Justiça de Transição; 6. Violências de Estado; 7. Identidades e Resistências; 8. Monitoramento das Recomendações; 9. Apoio ao Educador.

No portal o espaço dedicado às “Mulheres que lutam por Memória: verdades e justiça ontem e hoje” (<https://memoriasdaditadura.org.br/mulheres-que-lutam/>) realiza uma atualização do protagonismo feminino a partir de microbiografias de quatro mulheres: Dona Zilda, Miriam Duarte Pereira, Maria Cristina Quirino Portugal e Marcia Gazza, que lutam contra a violência policial que se abateu sobre seus filhos.

Um outro projeto que utiliza aspectos híbridos de tecnologias digitais com cadastros via *MyMaps Google* e visitas turísticas presenciais na rede Trajetos de Memória de Porto Alegre com pontos ligados à

repressão, à resistência, à memória da repressão e à memória da resistência. Desses lugares constam: DOPS velho, DOPS novo, Quartel da Polícia do Exército, Presídio Central de Porto Alegre, Largo da Legalidade, dentre outros.

Imagens 1 e 2: Percursos híbridos dos Trajetos de Memória de Porto Alegre (cartaz de visita presencial e localização no MyMaps Google).



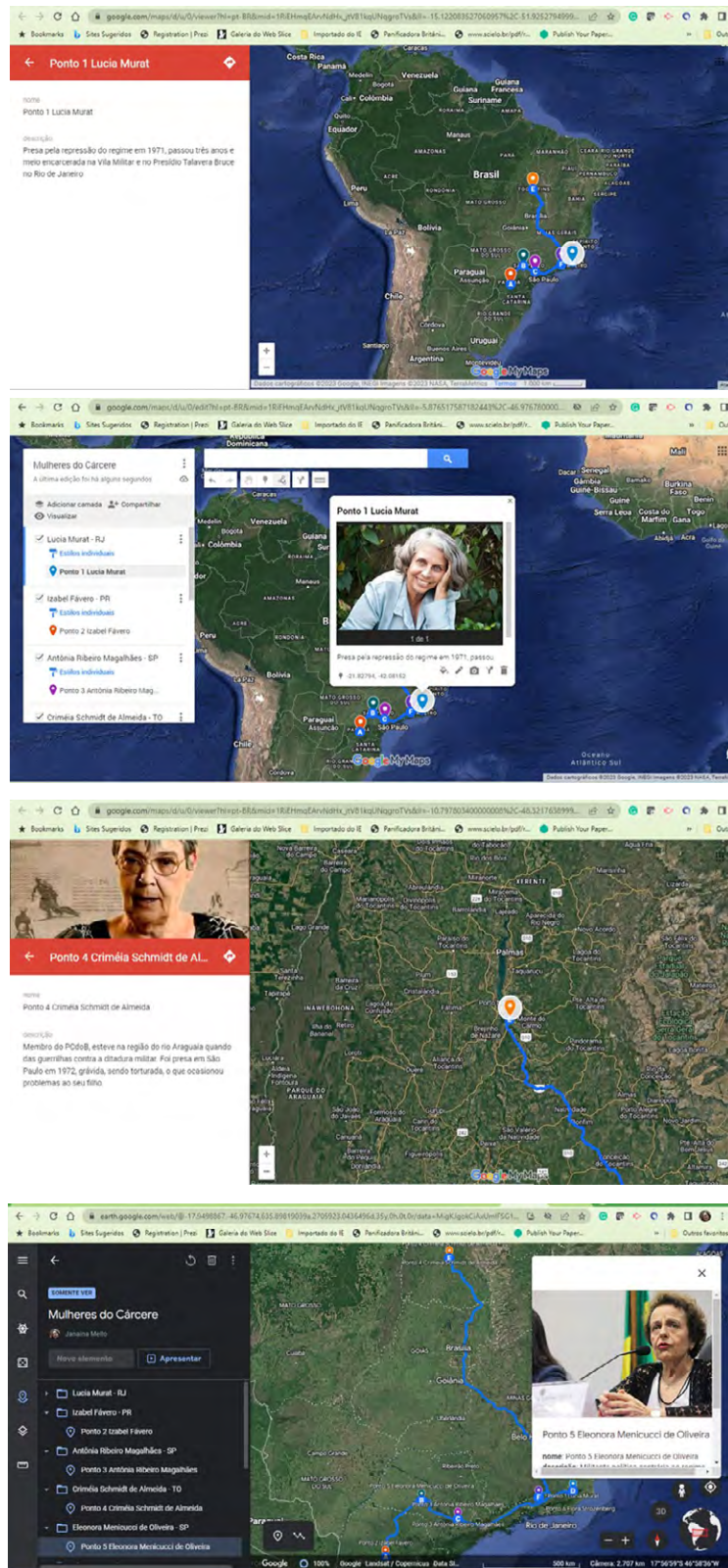
Fonte: CAMINHOS DA DITADURA EM PORTO ALEGRE, 2023.

O *MyMaps Google* é uma ferramenta digital, armazenada em nuvem e com recursos de imagens de georreferência por satélite que permitem a edição para a criação de mapas personalizados informativos e com rotas virtuais. As criações podem ser compartilhadas com livre acesso através de pesquisas no buscador do Google, bem como podem ser vinculadas ao Google Earth.

Tal ferramenta digital, enquanto um MDI (acrônimo para *Multiple Document Interface*), se constitui como uma interface que “deve ser capaz de informar adequadamente os dados geográficos e espaciais a partir de uma interação que facilite a compreensão da informação” (Berlato; Weber; Gonçalves; Figueiredo, 2021, p.112). Desse modo, “a interatividade em mapas digitais se dá no modo como a visualização cartográfica muda conforme se apresenta ao usuário e o mesmo interage com os dados” (Berlato; Weber; Gonçalves; Figueiredo, 2021, p.113).

Com o intuito de aplicar as tecnologias digitais aos estudos realizados sobre as mulheres sobreviventes às prisões e torturas durante a Ditadura Civil-Militar, foi criado um percurso no *MyMaps Google* intitulado “Mulheres do Cárcere” com microbiografias imagéticas de seis depoentes (Lucia Murat, Izabel Fávero, Antônia Ribeiro Magalhães, Criméia Schmidt de Almeida, Eleonora Menicucci de Oliveira e Flora Strozenberg) e rota cronológica georreferenciada dos momentos em que foram aprisionadas pela repressão militar (década de 1970). O mapeamento foi vinculado ao Google Earth para movimentação interativa dos usuários.

Imagens 3, 4, 5 e 6: Usos do MyMaps Google e Google Earth na criação do mapa digital “Mulheres do Cárcere”



Fonte: Mulheres dos cárceres, 2023.

O processo de criação no *MyMaps Google* abre um hipermapa expresso em diferentes camadas, com distintas funcionalidades, e uma janela superior onde se alojam os recursos para sua confecção, à exemplo de: título, marcação de locais, seleção de ícones e edição, pesquisa do lugar a ser retratado, inserção de endereço, fotos, descrições, etc (Cardozo, 2016, p.6).

Assim, foram inseridas sínteses das biografias das militantes contra a ditadura militar com suas fotos que são ampliadas quando o usuário clica nos marcadores coloridos em quatro geografias (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Tocantins). As rotas cronológicas são delimitadas por uma linha azul com letras de A a F que representam os anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos sobre esse breve século XXI, quando nesse exato momento o país se encontra governado por um presidente representante de uma política autoritária e defensor de atrocidades contra mulheres, negros, povos indígenas e comunidade LGBTQIA+, compreendemos o quanto de permanências nossa história republicana apresenta.

Leirner (2020) indaga sobre o protagonismo militar no governo Bolsonaro e explica como de forma consciente o governo articulou certos procedimentos, inferiu certas visões e viabilizou a movimentação de uma corporação (forças armadas), que começou a atuar de maneira ativa e irrestrita na construção desse atual modo de governar, a partir do aparelhamento de instituições civis.

A abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff (ex-presidenta, 2011-2016) reforçou os estereótipos de sexismo e misoginia presentes na sociedade patriarcal. A virulência social e política com a qual ela foi tratada “por ser mulher” e “por ser uma ex-militante da guerrilha, sobrevivente da tortura durante a Ditadura” demonstrou o quanto o passado de impunidades aos sádicos que se muniram do manto da burocracia militarizada do Estado ainda estão enraizados na sociedade brasileira.

Salienta Leirner (2020) que Bolsonaro não foi só mais um candidato qualquer com apoio de militares; para chegar aonde está não só foi alguém que atraiu simpatia de um segmento, Bolsonaro resgatou experiências junto aos grupos de pressão que vinham se formando desde o fim da ditadura.

Rosa Maria Cunha (2020) denomina o período atual como um “retrocesso autoritário”, tendo como exemplo o impeachment de Dilma Rousseff, deposta por um poder político criado de maneira popular, civil, pois, a ação foi uma ruptura amplamente “democrática” da Constituição de 1988 e afirma ser esse momento o começo do retrocesso no qual apenas partidos, pessoas e órgãos ligados à história “comunista” foram perseguidas por essa “democratização” política, como na época expressaram as ações do deputado Eduardo Cunha e o próprio vice-presidente de Dilma, Michel Temer, no estrondoso “golpe” à uma mulher que ocupava o poder de forma legítima.

Dadas essas imbricações entre passado e presente, e colocando o futuro em jogo, no limiar de uma guerra civil ou um novo golpe autoritário pelo viés legalista do Congresso, o Brasil mostra-se suscetível

aos militares e às ditaduras como apanágio de uma sociedade que não consegue se ver pelos olhos do respeito à igualdade, liberdade de gênero, dentre outros valores democráticos e progressista, principalmente, quando mulheres se destacam como sujeitos políticos. Nesse momento, os gritos dos porões, as ameaças da caserna, as memórias da tortura se tornam fantasmas a assombrar esse país de tantas mazelas.

REFERÊNCIAS

- BERLATO, L. F.; WEBER, K. P.; GONÇALVES, B. S.; FIGUEIREDO, L. F. G. Mapas digitais interativos como ferramenta de auxílio na gestão de projetos em design: uma análise da plataforma My maps. *Gestão e Tecnologia de Projetos*, São Carlos, v.16, n.1, p.109-126, jan.2021. <http://dx.doi.org/10.11606/gtp.v16i1.155748>.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.) *O Brasil Republicano 4 – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.13-42.
- BRITO, Luciana. A história e suas memórias incômodas de violência. *NEXO Jornal Ltda.*, abr. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2022/A-hist%C3%B3ria-e-suas-mem%C3%B3rias-inc%C3%B4modas-de-viol%C3%Aancia>, acesso em: 17/05/2022.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMINHOS DA DITADURA EM PORTO ALEGRE. *Trajetos de Memória de Porto Alegre*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/caminhosdaditaduraempuertoalegre/trajetos-de-memoria-de-porto-alegre>, acesso em: 20/04/2023.
- CARDOZO, Ágata Liz Mazine. O Google My Maps como ferramenta na aprendizagem de uma cartografia dinâmica e interativa no ensino médio das escolas públicas. *Anais XVIII Encontro Nacional de Geógrafos*. A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. São Luís, Maranhão, 2016.
- CYFER, Ingrid. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria crítica feminista. *Lua Nova*, 94, 41-77, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-64452015009400003>, acesso em: 18/05/2022.
- CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. Comissão Nacional da Verdade: impulso à democratização ou fator de retrocesso? In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Espectros da Ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- IMPrensa SMETAL. Mulheres na Ditadura: violentadas, assediadas e mortas pelo militarismo. *Para que nunca se esqueça*. 2021-2022. Disponível em: <https://www.smetal.org.br/imprensa/mulheres-na-ditadura-violentadas-assediadas-e-mortas-pelo-militarismo/20210331-103033-s830>, acesso em: 20/04/2022.
- LEIRNER, Piero. A CNV como ponto de inflexão? Um ponto dentro da curva na reação militar. In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Espectros da Ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, p. 207 – 230.
- LINCK, Livia do Amaral e Silva. *As mulheres como operárias da violência no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*. Andradina: Meraki, 2021.
- MEMÓRIAS DA DITADURA. *Mulheres*. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>, acesso em: 15/04/2022.
- MULHERES DO CÁRCERE. *Google Earth*. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-17.9498867,-46.97674,595.40503417a,2705849.30987101d,30y,0h,0t,0r/data=MigKJgokCiAxUmlFSG1xRUFydk5kSHhfanRWOD-FrcVVOcWdyb1RWcyACOGMKATA?authuser=0>, acesso em: 15/04/2023.
- MULHERES DO CÁRCERE. *MyMaps*. Disponível em: https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1RiEHmqEARvNdHx_jtV81kqUNqgroTVs&usp=sharing, acesso em: 15/04/2023.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964. História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTAL MEMÓRIAS DA DITADURA. *Sobre o Projeto*. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/sobre-o-projeto/>, acesso em: 20/04/2023.

PORTAL MEMÓRIAS DA DITADURA. *Mulheres que lutam*. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/mulheres-que-lutam/>, acesso em: 20/04/2023.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Vozes silenciadas em tempo de ditadura: Brasil, anos de 1960. In: CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. *Minorias silenciadas*. São Paulo: Edusp, 2020. p.435-450.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SALGADO, Livia de Barros Salgado. *Narrativas de dor e silêncio*. Tortura, clandestinidade e exílio na vida de homens e mulheres durante a ditadura brasileira. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015, p.1001-1022.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Mulheres: subversivas, vadias, putas, perigosas, tresloucadas? In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan (Org.). *Espectros da Ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

